



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO-CEDUC
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LILIANE SILVA BARBOSA

**MATANDO BORBOLETAS: CRIANÇAS ATINGIDAS PELO REGIME CIVIL-
MILITAR NO BRASIL (1968-1974)**

CAMPINA GRANDE

2021

LILIANE SILVA BARBOSA

**MATANDO BORBOLETAS: CRIANÇAS ATINGIDAS PELO REGIME- CIVIL
MILITAR NO BRASIL (1968-1974)**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)
apresentado ao Departamento de História da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial a obtenção do título de
graduado em História.

Orientadora: Prof. Dra. Maria do Socorro Cipriano

CAMPINA GRANDE

2021

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B238m Barbosa, Liliane Silva.

Matando borboletas [manuscrito] : crianças atingidas pelo Regime Civil-Militar no Brasil (1968-1974) / Liliane Silva Barbosa. - 2021.

32 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2021.

"Orientação : Profa. Dra. Maria do Socorro Cipriano, Coordenação do Curso de História - CEDUC."

1. Ditadura Civil-Militar. 2. Infância. 3. Memória. 4. Tortura.

I. Título

21. ed. CDD 981.063

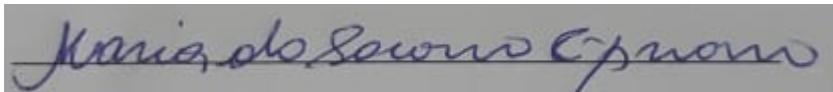
LILIANE SILVA BARBOSA

**MATANDO BORBOLETAS: CRIANÇAS ATINGIDAS PELO REGIME CIVIL-
MILITAR NO BRASIL (1968-1974)**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)
apresentado ao Departamento de História da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial a obtenção do título de
graduado em História.

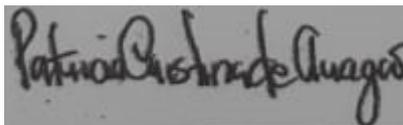
Aprovado em: 04/06/2021

Banca examinadora



Prof^a. Dr^a. Maria do Socorro Cipriano (orientadora)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof^a. Dr^a. Patrícia Cristina de Aragão

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Matusalém Alves Oliveira

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

À minha doce filha Hanneli, dedico.

AGRADECIMENTOS

A Deus por me dá sabedoria e me orientar pelos caminhos certos, aos meus pais, por me incentivar a estudar, aos meus irmãos pelo companheirismo de sempre.

Ao meu companheiro Mateus Policarpo que sempre acreditou em mim, me dando força e coragem com todo amor e carinho. A minha filha Hanneli por despertar em mim o desejo em ser alguém melhor.

A minha querida orientadora Maria do Socorro Cipriano, pela paciência, compreensão e sensibilidade durante todos esses meses, por todas as orientações e conselhos.

Aos meus amigos do PIBID Monyke Crispiniano, Sivylla Araújo, Biagio Grisi e Jailson Cavalcante, pelas risadas, companheirismo e aprendizado, vocês tornaram meus dias melhores.

Aos professores Roberto Muniz por quem tenho uma grande admiração, Matusalém Alves pela atenção e carinho, Patrícia Aragão por sempre ser acessível e amiga, Adilson Filho pelas aulas valiosas, Gilbergues Santos por despertar em mim o interesse por história política e do Brasil, Adonhiran por mostrar que é possível dá aula de forma divertida e criativa sem perder o foco. E ao saudoso José Louzeiro que mesmo sem saber me inspirou a escrever sobre o tema desse tcc.

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo analisar como as vidas de meninos e meninas foram violentamente afetadas durante o Regime Civil-Militar entre 1968-1974, refletindo sobre como se deram as apropriações dos corpos infantis pelo Estado. A complexidade desse período sombrio da história brasileira, que teve como principais armas de dominação a perseguição e a censura à muitos grupos sociais, não atingiu apenas as pessoas que lutavam contra a ditadura. As crianças também foram atingidas de maneira vil e, algumas delas, tiveram suas vidas ceifadas ou mutiladas através de diversos tipos de práticas ilegais, mas usuais pelo então governo: prisão, tortura, desterro, estupro, aborto e mortes eram colocados à época, tendo em vista uma lista de violências tão longa quanto chocante. Portanto, este trabalho também cumpre o seu papel no campo historiográfico, ao pesquisar sobre um passado doloroso e vergonhoso da história do Brasil. Metodologicamente, fizemos cruzamento de diversas fontes historiográficas (impressas e digitais). O presente artigo utiliza como aporte teórico-metodológico: Pesavento (2003) que pensa as sensibilidades enquanto método de investigação da história, debruçando sobre outros objetos de estudo, temas e fontes, Todorov (2000) e Pierre Nora (1981) que dialogam sobre a importância da memória e ao dever dessa memória social, compreendendo que a sociedade necessita do resgate desta para ancorar as lembranças, além de outras fontes historiográficas como: Elio Gaspari (2002) e Marcos Napolitano (2015).

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar. Infância. Memória. Tortura.

ABSTRACT

This article aims to analyze how the lives of boys and girls were violently affected during the Civil-Military Regime Between 1968-1974, reflecting on how the appropriations of children's bodies by the State took place. The complexity of this dark period in Brazilian history, which had as its main weapons of domination the persecution and censorship of many social groups, did not affect only the people who fought against the dictatorship. The children were also badly affected and, some of them, had their lives cut or mutilated through various types of illegal practices, but usual by the then government: prison, torture, exile, rape, abortion and deaths were placed at the time, having in view of a list of violence that is as long as shocking. Therefore, this work also fulfills its role in the historiographic field, when researching a painful and shameful past in the history of Brazil. Methodologically, we crossed several historiographic sources (printed and digital). The present article uses as theoretical and methodological support: Pesavento (2003) who thinks about sensibilities as a method of investigating history, looking at other objects of study, themes and sources, Todorov (2000) and Pierre Nora (1981) who discuss the importance of memory and the duty of this social memory understanding that society needs its rescue to anchor the memories, in addition to other historiographic sources such as, Elio Gaspari (2002) e Marcos Napolitano (2015).

Keywords: Civil-Military Dictatorship; Childhood; Memory; torture.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	OS FILHOS DA DITADURA	12
2.1	Os irmãos Nascimento: de terroristas ao exílio.	17
3	OS CORPOS DOS INOCENTES E OS PODEROSOS: OS CASOS ARACELI E ANA LÍDIA	20
3.1	Narrativas da imprensa: o impacto dos casos das crianças, censura e impunidade .	25
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
	REFERÊNCIAS:	31

1 INTRODUÇÃO

Matando borboletas... o que significa matar as borboletas? As borboletas são tão belas, coloridas, inocentes, inofensivas e frágeis, matar borboletas significa matar a liberdade, a esperança, tira-lhes a felicidade e a vida. Metaforicamente, podemos entender que as crianças são como as borboletas frágeis, mas cheias de vida e de energia, buscando sempre voar alto, colorindo os jardins da vida. Assim, tal como as borboletas, no período da Ditadura militar do Brasil, as crianças foram capturadas em suas redes de poder, de violência e de morte.

Diretamente ou indiretamente, a política autoritária dos anos 1960 e 1970 atingira também as crianças, pois, ao terem suas vidas mudadas repentinamente, a liberdade de ser criança subtraída, seus direitos violados, suas infâncias também foram roubadas, aquela geração de meninos e meninas ficaria marcada para sempre. Uma geração marcada, seja pela forma abrupta como as crianças foram retiradas dos seus pais e do convívio com suas famílias, seja pelas vidas ceifadas e traumas que hoje carregam como sobreviventes adultos.

Este trabalho parte de relatos dos sobreviventes sobre aquele passado de dor, resgatando as histórias desses brasileiros que desde muito cedo vivenciaram os prejuízos e os traumas de se viver em um ambiente antidemocrático. Tem por objetivo *analisar histórias de violências sofridas pelas crianças no Regime Civil-Militar entre 1968-1974, refletindo sobre como se deu essa apropriação dos corpos infantis pelo Estado*. São histórias de um país que precisam, mais do que nunca ser revisitadas, para que possamos entender o nosso presente.

Para a realização deste estudo, algumas obras foram fundamentais para embasar as problemáticas e também usadas aqui como fontes. A obra de Eduardo Reina, *Cativeiro sem fim*, editada em 2019, na qual o jornalista mostra dezenove casos de adoções de crianças por militares sequestradores ou famílias ligadas ao regime. Pois para este, as crianças com mais de seis anos eram consideradas “contaminadas com a subversão” e deveriam ser mortas. Segundo o autor, tal atitude não era isolada, uma vez que muitas crianças foram sequestradas pelas ditaduras militares na América do Sul, como Argentina e Chile. Com os pais mortos ou presos pelos militares, os pequenos eram adotados ilegalmente pelos próprios militares sequestradores ou por famílias próximas ao regime ditatorial.

Uma outra fonte importante para minha pesquisa é o livro intitulado, *Direito a verdade e a memória histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura militar no Brasil*, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, publicado em 2009. A obra trata das histórias de meninos e meninas que foram “marcados” pela ditadura militar e que nos permite pensar sobre duas questões importantes de um lado,

reavivar a memória e, de outro, chamar a atenção para a necessidade de reafirmação constante dos valores em Direitos Humanos.

Igualmente importante é *O livro infância roubada: crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil*, que foi organizado pela Comissão Nacional da Verdade “Rubens Paiva”¹. A obra é resultado de um ciclo de audiências realizadas, entre 6 e 20 de maio de 2013, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em que crianças, que sofreram nas mãos da repressão política da ditadura, puderam relatar suas experiências e como conseguiram enfrentar e buscar superar tamanha violência. Mostra, portanto, a importância dos relatos dessas pessoas que eram crianças à época da ditadura para a construção da verdade e da justiça como forma de reparar os silêncios da história oficial.

Além destas obras que serviram como fontes básicas e do diálogo com a própria historiografia relativa ao tema, também utilizei os seguintes documentários: o programa Globo Repórter de 1977 e o Jornal Nacional de 1980 sobre o caso Araceli e o programa Linha Direta Justiça de 2007 sobre o caso Ana Lúcia.

No Brasil, os trabalhos de memória sobre o passado recente, referente à ditadura militar, permaneceram por muito tempo inconclusos, cheios de lacunas e sem respostas, com corpos ainda não encontrados. Passados mais de quarenta anos da Lei de Anistia (1979) considerada “recíproca” e cuja interpretação equiparou-se a tortura praticada pelos repressores políticos às ações dos opositores da ditadura. Digo isso, pois muitos eventos e crimes daquela época continuam ignorados ou não esclarecidos, violando os direitos humanos que foram estabelecidos e garantidos posteriormente pela Constituição Federal de 1988 no processo de redemocratização.

As aberturas dos arquivos da ditadura só ocorreram recentemente. Somente depois de décadas de lutas incessantes por parte dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, que exigiam o esclarecimento dos crimes cometidos durante o governo autoritário, a Comissão Nacional da Verdade foi criada finalmente em 2011. No ano seguinte, esta deu início aos seus trabalhos, apesar de tardia, instituída praticamente cinquenta anos depois do golpe militar, ela foi um marco importante para passar a limpo esse período adverso e violento da história do Brasil.

¹ A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Em dezembro de 2013, o mandato da CNV foi prorrogado até dezembro de 2014 pela medida provisória nº 632.

Um passado que foi sendo revelado recentemente, trouxe medo e repulsa para aqueles que sofreram os horrores da ditadura, como durante as audiências realizadas pela comissão nacional da verdade muitas pessoas não conseguiram terminar seus depoimentos, ou não compareceram. As histórias de quem sofreu naquela época foram silenciadas por tantos anos que trazem medo em falar sobre elas agora, assim como denunciar quem cometeu tamanhas violências, são histórias de perdas e de traumas, resgatar essas histórias depois de mais de quarenta anos trazem para muitas resistências.

O campo teórico deste trabalho é a História Cultural. Nas últimas décadas, esta tem sido fundamental para possibilitar que o historiador faça novas perguntas ao passado. Ao abrir espaço para o surgimento de novos modelos, conceitos, temas e fontes na renovação das ciências humanas, antigos temas foram revisitados. O conceito de representação, que foi fundamental no campo.

Segundo Sandra Pesavento, representação diz respeito ao modo como diferentes lugares e tempos a realidade social é construída. Um conjunto ou sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas constrói para si, atribuindo sentido ao mundo. Assim, outras representações sobre a história oficial podem ser elaboradas e a História Cultural pode ajudar a refletir acerca de um novo olhar sobre o regime militar.

No caso da presente proposta de TCC, outros olhares e experiências que articulam o contexto da Ditadura e as crianças, por exemplo, ajudam compreender por meio das sensibilidades, aqueles momentos difíceis da nossa história. Desse modo, é necessário alargar, questionar, confrontar uma história contada pelos opressores, pois como dizia Sandra Pesavento em entrevista ao programa Roda de Entrevistas na tv Cultura de Goiás, em novembro de 2007 “a história mudou e toda uma geração de historiadores se viu impelida a buscar novos olhares sobre a realidade, novas formas e conceitos para pensar e amparar a realidade histórica”.

A historiografia sobre o tema da Ditadura Militar é ampla e nos foi bastante importante nesta análise, para ajudar na compreensão do tema e do contexto. Destaco aqui dois autores, Elio Gaspari e Marcos Napolitano, para melhor situar esse cenário que comporá o meu trabalho.

GASPARI (2002) mostrou como o período denominado “anos de chumbo”foi o mais cruento da Ditadura, período entre 1969-1974 marcado por prisões, torturas e assassinatos e como o governo Médici fez da tortura uma política de estado onde o objetivo era aniquilar a esquerda armada. Já Marcos Napolitano (2015) propõe uma periodização inédita para analisar o processo de construção da memória do regime militar no Brasil. Partindo do princípio que a

memória social e a experiência histórica de uma dada sociedade estão conectadas, procurando analisar a construção de uma memória alterável sobre o regime militar, desde os anos 1970 até a primeira década do século XXI.

Também para refletir sobre essa construção de um passado, que não pode ser visto como neutro, duas referências são importantes. Pierre Nora (1981) fala sobre a importância do resgate da memória em sua totalidade, que essa memória não perca se no esquecimento, a manutenção da mesma no tempo faz nos construir verdades e desconstruí-las. Ainda sobre a memória Todorov (2000) nos alerta sobre a importância da conservação da memória não podemos esquecer os delitos cometidos pelos regimes totalitários do século XX nos “revelaram a existência de um perigo antes insuspeitado: a supressão da memória” (TODOROV, 2000, p. 11; 2002, p. 135).

Este trabalho está dividido em dois momentos que se completam e dialogam entre si. No primeiro capítulo, **os filhos da Ditadura**, busco as histórias de crianças filhos e filhas de militantes de esquerda opositores ao regime militar, mostrando que este foi capaz de torturar, sequestrar e banir crianças do Brasil, e que a abrangência da ditadura não atingiu apenas os opositores do regime, os supostos “comunistas” ou os que “pegaram em armas”, mas atingiu também a vidas de meninos e meninas.

No segundo capítulo, **os corpos dos inocentes e os poderosos: casos Araceli e Ana Lúcia**, são apresentadas as histórias de violências que ambas foram vitimadas, os assassinatos, impactos, censura e impunidades dos casos que chocaram o Brasil no início dos anos 1970 e como o poder de pessoas privilegiadas, ligadas ao governo militar, deixaram um legado de impunidade até os dias de hoje.

A partir das problemáticas aqui apontadas, espero que os leitores possam seguir percorrendo pelas linhas deste texto, no sentido de refletir sobre antigas histórias da infância na ditadura militar, que ainda precisam ser contadas...

2 OS FILHOS DA DITADURA

Em dados momentos, parece que a vida se confunde com a arte e arte com a realidade. Para falar sobre as histórias de crianças violentadas no período da Ditadura Militar, considerando que a maioria delas nem conseguiam compreender o contexto danoso que as cercavam, acho que o filme *O ano em que meus pais saíram de férias* (2006) de Cao Hamburger pode ajudar a dialogar melhor com o mundo sensível das crianças. A história se passa em 1970, quando Mauro é um garoto mineiro de 12 anos vive o cotidiano normalmente, fazendo o que gostava de fazer: jogar futebol e jogo de botão. Sua vida mudou inesperadamente quando seus pais precisaram sair de férias de forma forçada por serem militantes de esquerda perseguidos pela ditadura militar. O casal decide deixar o filho sob os cuidados do avô paterno, que falece no dia em que o garoto chega a São Paulo. Assim, Mauro acaba ficando com um senhor judeu, reservado que é seu vizinho conhecido como Sholmo. Todos os dias Mauro aguarda um telefonema dos pais, agora ele precisa lidar com uma nova realidade, vivendo momentos de solidão e ansiedade por não compreender os motivos da ausência dos pais. A alegria de Mauro está em acompanhar os jogos da seleção brasileira na copa do mundo do México.

O menino, se vê obrigado a se virar sozinho no mundo sem a presença dos pais, apesar dos momentos de descontração vivenciadas com os amigos ele está sempre buscando respostas, esperando seus pais voltarem para lhe buscar.

Os anos de chumbo da ditadura militar são mostrados através do olhar de uma criança que sofre com o distanciamento de seus pais, ao mesmo tempo em que se angustia, com sua entrada numa nova comunidade judaica e a euforia pela participação do Brasil na copa do mundo. A vida de Mauro torna se em incertezas e esperas, esperar no gol, esperar os pais, esperar pela vitória do Brasil, Mauro era um menino de mãos atadas, vítima da situação política ameaçadora e cruel em que o Brasil enfrentava.

A história de Mauro se assemelha às histórias de muitas crianças - que serão contadas a diante - e que, sem compreenderem o que ocorria no momento, foram afastadas de seus pais, ou usadas pela repressão como forma de pressionar seus familiares, outras assim como o menino do filme, nunca mais viram seus pais juntos, tiveram apenas o retorno de um deles, tendo a partir de então as lembranças e os traumas deixados por aquele período arbitrário.

Ao abordar a tortura aplicada aos filhos dos militantes, no período militar, Milton Pomar soube capturar muito bem aquele contexto endurecido e violento, mostrando como as pessoas perseguidas tinham não somente suas vidas mutiladas fisicamente, mas como elas

eram psicologicamente devastadas. Certamente, isso não era uma mera coincidência, mas fazia parte das estratégias usadas pelo sistema repressor. Segundo ele, muitos militantes políticos de esquerda, tinham filhos e filhas ainda pequenos em 1964, vários dentre os mais conhecidos, quando o golpe civil militar ocorreu em 31 de março para 01 de abril, várias crianças tornaram se alvos da repressão, e ingressaram em um mundo diferente, bem diferente daquele que estavam acostumadas, tiveram suas vidas tomadas de modo repentino pelos aparelhos repressores da Ditadura.

O governo do general, Emílio Garrastazu Médici foi sem dúvidas o mais sangrento e sombrio, período do “milagre econômico” marcado pela repressão e tortura. GASPARI (2002) nos traz uma reflexão sobre o assunto:

O período de governo apresentado recebeu títulos bem distintos entre si, se não opostos: foram ao mesmo tempo os anos do “Milagre Brasileiro”, período de prosperidade econômica, quando o Brasil se tornou a décima economia do mundo, e os “anos de chumbo”, quando a repressão aos opositores ao regime instituído tornou-se mais intensa e violenta, levando à prisão e morte de muitos cidadãos, inclusive membros do clero católico. (GASPARI, 2002, p. 208).

Podemos perceber os diferentes lados do governo Médici e do período em que o Brasil vivia no início dos anos 1970, nas palavras de Gaspari, de um lado o governo do “Brasil que vai para a frente”, das obras “ faraônicas” como a ponte Rio-Niterói e a transamazônica, do Brasil “grande e progressista”, o país do futuro; de outro, um país autoritário violento e retrógrado onde quem ousasse ser contrário a política vigente do governo militar sofreria duras penas, como no caso dos militantes políticos de esquerda e conseqüentemente seus filhos e filhas.

Se observarmos a constituição de 1967, art. 167, muito embora não se tenha dedicado a fundo aos assuntos da família, manteve os direitos conferidos nas constituições anteriores. Na 4º lei especial disporá sobre a assistência à maternidade, à infância e à adolescência e sobre a educação de excepcionais e a família sob a especial proteção do estado. É certo que esses direitos de proteção e assistência a infância, não foram cumpridos como consta na constituição de 1967, tendo muitas mães militantes de esquerda violentadas, abortadas e mortas, e muitas crianças que foram negligenciadas, torturadas e violadas tendo seus direitos de proteção, cidadania e até mesmo o direito à vida, negados. Todos os dispositivos repressivos, dos mais sutis aos mais invasivos, tinham como objetivo principal internalizar normas, valores e condutas que fizessem de cada indivíduo um aliado do regime, defensor e propagador da “nova ordem”.

Órgãos repressores como o (DOPS) e o (DOI-CODI), os mais temidos da época, produziam o absurdo de prender e banir crianças, fichando as como “subversivas”, considerando as perigosas a segurança nacional. Ao tratar das sevícias, GASPARI (2002) diz que "o regime fazia da tortura de presos seu instrumento primordial de investigação, vangloriava-se de seus resultados e não pretendia mudar de posição".

Mortes, desaparecimentos, torturas e prisões políticas são alguns dos métodos usados pelo regime militar, período que resultou em uma geração de meninos e meninas que tiveram parte de suas histórias roubadas por causa da repressão e tortura. Usadas muitas vezes como instrumento de chantagem, várias crianças não tiveram o direito de desfrutar da convivência familiar, de frequentar o ambiente escolar ou de se relacionar com a sociedade. Pelo contrário, foram obrigadas a viver diariamente com segredos e com o receio de que novos episódios de violência, contra elas ou seus pais, ocorressem novamente. A tortura, segundo (CHAUÍ, 1987) tinha como objetivo a desumanização do torturado.

Os torturadores estabeleciam uma relação de poder onde o torturador agia como se estivesse “acima da posição humana” “superior”, enquanto o torturado era humilhado e rebaixado à coisa. Alguns familiares foram presos, interrogados e torturados com o objetivo de obter informações e/ou fragilizar os militantes. O que tornava a prática ainda mais desumana quando as crianças se tornavam alvos diretos dos militares, como ficou explícito nos depoimentos e fontes que começam a ser acionadas nas pesquisas dos últimos anos. Muitos casos de meninos e meninas torturadas, estupradas e mortas nas fontes acessadas por pesquisadores sobre o tema.

No livro *Infância Roubada: crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*, (p. 301-303) conheci o depoimento da mãe de Cacá, Darcy Andozia. Ela conta a história do menino Carlos Alexandre Azevedo de apenas um ano e oito meses, levado ao Departamento Estadual de Ordem Pública e social (DEOPS), em São Paulo. Neste órgão, o garoto foi torturado com choques elétricos. Cacá é considerado o prisioneiro político mais jovem a ser torturado pela Ditadura Militar. Mas qual o motivo para tal violência empregada pelos representantes do governo? Seus pais, o jornalista e cientista político Dermi Azevedo e a pedagoga Darcy Azevedo, eram acusados de dá guarida a militantes de esquerda. A criança foi capturada em 15 de janeiro de 1974, quando estava sob os cuidados da babá, o pai já estava preso desde a véspera e a mãe seria presa horas depois.

Sobreviver fisicamente às atrocidades era algo que nem sempre os adultos conseguiam. Somente em 2010 o Estado finalmente o reconheceu como vítima da Ditadura,

na época Carlos Alexandre, em entrevista à revista *Isto É*², declarou sofrer de fobia social que trazia desde a infância, preso aos antidepressivos e aos antipsicóticos. Carlos Alexandre suicidou-se em 2013.

No dia 13 de dezembro de 1968, dia que foi promulgado o *Ato Institucional* número 5, os irmãos André Arantes de três anos e Priscila Arantes de dois anos foram acordados por gritos e pancadas nas portas e janelas a pontapés e golpes de fuzis, soldados arrombaram a porta. Encontraram duas mulheres, Maria Auxiliadora da Cunha Arantes e Rosemary Reis Teixeira, Junto com elas, seus filhos: André e Priscila eram filhos de Maria Auxiliadora e de Aldo Silva Arantes militantes de resistência à ditadura militar da organização Ação Popular (AP) Rita de Cássia que na época tinha cinco anos filha de Rosemary Reis Teixeira e Gilberto Franco Teixeira (que também foi preso junto com a mulher e a filha) ambos eram também militantes na organização Ação Popular (AP). Mães, pai e filhos foram presos e ficaram detidos por cinco meses. Passaram pelo Dops de Maceió (AL), pela Cadeia Pública, pela Escola de Aprendizes de Marinheiros e pelo Hospital da Polícia Militar. “Hoje eu diria que foi um filme de terror” (p.37) conta Rita de Cássia, em depoimento ao livro *Infância Roubada: crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*.

Ainda no livro *Infância Roubada* (p. 305-307), em depoimento contado pela própria Lia, em junho de 2009, esta relata que viu uma matéria num jornal cujo título dizia “Crianças sequestradas na guerrilha do Araguaia”, onde falava-se da existência de um “bebê branco” que poderia ser filho de um guerrilheiro, que teria sido sequestrado pelas Forças Armadas e entregue à adoção. A partir dessa informação, ela começou a estranhar pontos obscuros em seu passado, sua infância. Lia passa a buscar respostas...

Embora Lia soubesse desde os nove anos de idade que era filha adotiva, nunca soube quem eram seus pais biológicos. Adotada por uma família local, a história que ouvira desde a infância era que, quando bebê, em 1974, fora deixada por um delegado e um soldado num orfanato de Belém (PA), com o corpo cheio de picadas de insetos. Mercês Castro, irmã de Antônio Teodoro de Castro, guerrilheiro do Araguaia desaparecido em 1974, desde o desaparecimento do seu irmão empreende uma incansável luta para resgatar a história e o corpo de Teodoro, ficou sabendo da existência de uma filha dele. Após exames de DNA, foi então comprovado que Lia, que contava na época com a idade de 35 anos, era a então filha do guerrilheiro Antônio Teodoro que usava o codinome de Raul. Sobre a mãe de Lia não se tem nenhuma informação desde aquela época. “Eu sou a prova de que mesmo na guerra existiu

² Fonte: [https://istoe.com.br/46424_A+DITADURA+NAO+ACABOU+/escrito por Solange Azevedo](https://istoe.com.br/46424_A+DITADURA+NAO+ACABOU+/escrito+por+Solange+Azevedo) acesso em: 25/05/2021.

um grande amor”, afirma Lia em depoimento ao livro *Infância Roubada Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil*.

O livro *Cativeiro sem fim*, do jornalista Eduardo Reina e lançado em 2019, mostra que o número de crianças sequestradas é muito maior que um único caso. Das dezenove crianças sequestradas relatadas, onze são ligados à guerrilha do Araguaia e aconteceram entre os anos de 1972 e 1974, durante os governos dos presidentes Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel. As vítimas eram filhos de militantes de esquerda enviados à região do Araguaia ou de camponeses que aderiram ao movimento. Ainda houve casos no Rio de Janeiro, Paraná e Pernambuco, além de cinco crianças indígenas levadas de uma aldeia no Mato Grosso. Mas o que poderia explicar esse número de crianças roubadas de seus legítimos pais?

Segundo as investigações de Eduardo Reina, um dos objetivos do sistema de sequestros patrocinados pelos militares era a criação das crianças permeada por uma ideologia contrária à dos pais, nesse caso, a criação adequada seria a educação pelos próprios militares. Ao menos seis adolescentes foram levados para quartéis, em uma tentativa de cooptação baseada em ações “psicossociais” semelhantes às adotadas em outras ditaduras de países da América do Sul, como no caso da Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai.

Assim como Eduardo Reina, o historiador Henrique Serra Padrós (2012) em seu artigo *Guerra contra crianças*, nos traz os casos das crianças que foram sequestradas, desaparecidas e apropriadas também em outros regimes ditatoriais. Tal fenômeno ocorreu principalmente na Argentina, mas também atingiu o Uruguai e, secundariamente, envolveu outros países da região (Chile e Bolívia). Na sua grande maioria, são filhos de pais assassinados e desaparecidos, mesmo que não tenham consciência disso - no caso dos que permanecem sequestrados - ou lembrem da experiência traumática sofrida, o sequestro.

Transformadas em “butim de guerra”, a procura das crianças apropriadas tem-se constituído em um dos maiores desafios para superar essa profunda ferida aberta do passado recente argentino e uruguaio. Padrós mostra que os dados com que trabalham as organizações de direitos humanos, particularmente Abuelas de Plaza de Mayo apontam para aproximadamente 550 crianças vítimas de sequestro e apropriação, muitas delas em ações da Operação Condor.

De acordo com o livro *Direito à Memória e a Verdade histórias de meninas e meninos marcados pela ditadura*, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. A Operação Condor funcionou como um consórcio multinacional entre os governos ditatoriais do Cone Sul, Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai e Uruguai. Com o objetivo de esmagar os opositores do militarismo, os governos dos países envolvidos

sequestravam e contrabandeavam seres humanos, entregando-os para serem torturados ou mortos na terra natal. Aplicavam, por conta e ordem, penalidades em estrangeiros. Montada no início dos anos 1970, permaneceu ativa até a onda de redemocratização, na década seguinte.

As lembranças traumáticas que foram deixadas nessas crianças fazem parte das histórias de muitas outras crianças que viveram naquele período violento e sombrio da nossa história nacional, o cuidado com essas memórias é muito importante para o processo de reconstrução da nossa memória social, de acordo com NAPOLITANO

Portanto, a resistência da memória e sua valorosa contribuição para a redemocratização do país são essenciais para romper o “silêncio” que indica a conveniência do esquecimento do passado, o que não garantiria a efetivação da democracia e dos direitos humanos. Esse silêncio “do perpetrador” das violências de direitos humanos difere do silêncio das vítimas, pois o silêncio das vítimas sobreviventes é reflexo de traumas, enquanto o silêncio do perpetrador é conveniente para a manutenção da história oficial. (NAPOLITANO, 2015, p.26-27).

Refletindo sobre essa afirmativa de Napolitano, percebemos que o Brasil ainda vive uma cultura do silêncio, que se repete na nossa história, principalmente dos últimos anos para cá onde o negacionismo histórico com relação a Ditadura Civil-Militar é constantemente afirmado, pelas redes sociais por meio das chamadas “fake News” e até mesmo por líderes políticos. São as memórias dessas crianças que viveram na época do regime militar e que sofreram as truculências da repressão que contribuem para a reconstrução da memória social e é essa memória social que possibilita romper com esses silêncios e com os negacionismos.

São histórias difíceis de serem digeridas. Aos poucos, as pesquisas de jornalistas, sociólogos, historiadores e o próprio cinema vão revisitando esse passado obscuro de nossa história.

2.1 Os irmãos Nascimento: de terroristas ao exílio.

Em depoimento que consta no livro *Infância Roubada crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil* (p. 129-151) os irmãos Nascimento contaram suas histórias de dor e banimento do Brasil quando tiveram suas fotografias 3x4 marcadas com o carimbo do (DOPS), atestando suas condições de prisioneiros políticos. Irmãos de criação, Samuel Dias de Oliveira, Luís Carlos Max do Nascimento, Zuleide Aparecida do Nascimento e Ernesto Carlos Dias do Nascimento estiveram entre os mais jovens detidos pela Ditadura Militar. Tinham entre dois e nove anos de idade no momento da prisão. Não foram as únicas crianças

presas durante o período militar, mas se tornaram um caso famoso devido ao seu banimento do país com um grupo de pessoas vistas pelo regime como “terroristas”. O mais novo deles, Ernesto, acompanhou os pais nas prisões clandestinas da Oban, do DOPS e do DOI-CODI. Ainda bebê presenciou as torturas do pai.

Sem terem cometido qualquer infração além de terem nascido em uma família considerada “terrorista”, as quatro crianças acabariam sendo banidas do Brasil, em junho de 1970, como “sujeitos perigosos” para a segurança nacional. Isso ocorre por decreto do general presidente Emílio Garrastazu Médici e do então ministro da justiça Alfredo Buzaid, que haviam assinado o Decreto nº 66.716³, com o “banimento” 40 militantes políticos do Brasil, acusados de terrorismo.

As referidas crianças foram forçadas ao exílio junto com a avó, Tercina Dias de Oliveira, enquanto os pais continuavam presos. Os irmãos Nascimento foram incluídos numa negociação do governo pela liberação do então embaixador alemão Ehrenfried Von Holleben, que havia sido sequestrado por grupos de oposição armada. Ao todo, quarenta outros prisioneiros políticos, além das quatro crianças foram desterrados, primeiro em direção a Argélia, vindo a obter asilo definitivo em Cuba. Eram apenas crianças, mas se tornaram cidadãos sem pátria até a lei da Anistia, em 1979.

Samuel Dias de Oliveira, Luís Carlos Max do Nascimento, Zuleide Aparecida do Nascimento e Ernesto Carlos Dias do Nascimento cresceram em Cuba e só retornaram ao país quinze anos mais tarde, para recomeçar a vida em busca da reconstrução de sua história e identidade brasileira. Em depoimento que consta no livro *Infância Roubada: crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil* (p.139), conta Ernesto Dias:

Eu tinha 2 anos e 3 meses e fui tratado como “Elemento Menor Subversivo”, terrorista e fui banido do país por decreto presidencial, conforme consta nos documentos no arquivo do Estado de São Paulo. Fiquei preso até 16 de junho de 1970, quando fomos libertados no resgate feito pelo Capitão Carlos Lamarca na troca de 442 presos políticos pelo embaixador Alemão Ehrenfried von Holleben.

O recolhimento de testemunhos de filhos e filhas de ex- presos políticos é fundamental para se ter ideia do cenário da perversidade implantada pelo Estado ditatorial. Segundo NAPOLITANO (2015), é cada vez mais relevante em um ambiente de justiça de transição a reconstrução da memória. A memória é um dos elementos essenciais deste processo de redemocratização e com a guinada dos discursos conservadores e reacionários, nos últimos

³Fonte: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66716-15-junho-1970-408384-publicacaooriginal-1-pe.html> acesso em: 25/05/2021.

anos, há uma essencialidade dessa discussão para a manutenção da democracia. De toda forma, ao reconstruir as memórias das vítimas da Ditadura Militar nos deparamos com as angústias destes que perduram até a atualidade, assim com a dificuldade na falta de pertencimento com sua pátria, a incerteza de suas identidades, e as lembranças de uma infância arrancada. Neste mesmo sentido, (FERREIRA, 2014, p.247) nos diz:

As lembranças e os esquecimentos fazem parte do cotidiano de muitos que enfrentaram a implantação desse regime, com as marcas visíveis e invisíveis, mas sempre sangrando a alma, pelas torturas sofridas, pela morte e desaparecimento de companheiros e familiares e o temor diante de possibilidade de implementação de novos regimes autoritários.

Assim, quando buscamos lembranças é porque temos medo de esquecê-las. Se as evitamos, é porque temos medo de sofrer. Ao mesmo tempo, se insistimos em lembrá-las, é porque temos medo de sofrer novamente. Pensar a memória é abrir a possibilidade de que a partir de uma nova situação ou um novo encontro como pretende ser a situação analítica, por exemplo o passado pode ser tanto recordado quanto reinventado ou muitas vezes esquecido dependendo das experiências que cada indivíduo ou grupo viveram, se foi uma vivência traumática por exemplo é natural que busque se esquecer.

É essencial reconhecer que esses discursos (depoimentos) devem ser lidos considerando o contexto histórico-social das crianças vitimadas pelo Regime Militar, mesmo porque as análises de discursos dos depoimentos devem situar sujeitos historicamente inseridos em uma organização social. A Ditadura Militar no Brasil sob o argumento de salvação da sociedade salvação do comunismo, plantou no período autoritário uma rede de violências aos direitos humanos institucionalizados. O Governo Militar institucionalizou a violência para sufocar a oposição, para silenciar o choro dos que sofreram tortura e perseguição. Contrariando o que prometia, o resultado da implementação do Estado Militar foi à violência social.

3 OS CORPOS DOS INOCENTES E OS PODEROSOS: OS CASOS ARACELI E ANA LÍDIA

Durante os nefastos “anos de chumbo”, como assim ficaram conhecidos os anos finais da década de 60 e início de 70, dois casos se destacaram em suas similaridades. São as histórias de duas crianças, que tiveram suas vidas tomadas pela crueldade, sequestradas e assassinadas respectivamente em maio e setembro de 1973, ambas na faixa dos sete, oito anos. As mortes, apesar de serem separadas geograficamente, são semelhantes, cercadas de mistérios e impunidades.

No final da década de 1970 em plena ditadura militar, o Globo Repórter exibiu um programa intitulado “Caso Araceli” exibido em horário nobre e apresentado por Sérgio Chapelin⁴. A reportagem tenta acompanhar os passos de Araceli Sánchez Crespo, uma garotinha de apenas oito anos, que todos os dias saía às 16:30 do Colégio São Pedro, no bairro da Praia do Suá, na cidade de Vitória (ES) e caminhava até a esquina das avenidas Ferreira Coelho e César Hilal, para pegar o ônibus que a levaria até sua casa, em Serra próximo a Vitória. Certo dia, ela desaparecera... (PINSKY,2005, p.274). Afirma que

As unidades narrativas básicas do filme, ficção ou documentário, são o plano e a sequência. O plano é o quadro, o enquadramento contínuo da câmera, situado entre um corte e outro. A sequência é a junção de vários planos que se articulam, por meio da montagem/edição, por alguma contiguidade cênica ou narrativa (nem sempre linear).

No artigo escrito em julho de 2013 pelo historiador André Fonseca Feitosa O documentário enquanto fonte histórica ⁵aquilo que a realidade obtém na ficção, no documentário é conseguida por meio da história. O documentário, assim como o cinema de ficção, é uma construção da representação parcial e subjetiva da realidade, passando por etapas em sua construção, finalizado com a edição. Tendo seus procedimentos técnicos construídos de forma criativa e nem sempre fiel à realidade. Torna esse debate importante para a História pois a própria noção de documento não está aqui validando ou não uma

⁴ A partir de 1974 o esquema rígido da apresentação foi abandonado e os temas passaram a ser exibidos alternadamente, dando ao programa maior flexibilidade e agilidade. O bloco sobre atualidades passou a ser apresentado apenas na primeira semana de cada mês. Os documentários, até então realizados no eixo Rio-São Paulo, passaram a ser produzidos em outros estados, para possibilitar uma visão local dos assuntos. A produção optou por uma abordagem que mesclava entretenimento com informação.

⁵Fonte:http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371307904_ARQUIVO_ARTIGOANPUHDocumentariocomofontehistorica2013.pdf acesso em: 29/05/2021.

fidelidade ao “real” dos documentários, mas como uma categoria própria do trabalho da História, os documentos que intercedem o passado e o presente ao historiador.

Citando fontes de processos judiciais, o jornalista Sérgio Chapelin traça um quadro do ocorrido, chamando atenção para as lacunas e mistérios que envolvem aquela história em torno dos suspeitos do crime, Paulo Constanteen Helal e Dante de Barros Michelini (Dantinho).

No dia 18 de maio de 1973, segundo o promotor de justiça Wolmar Bermudes, Paulo Helal desceu para o ponto de ônibus onde estava a menina, na companhia de Marislei Fernandes Muniz, no seu Ford mustang branco. Marislei desceu e disse á Araceli que tio “Paulinho” a chamava para leva-la para casa. Mais tarde, no mesmo dia, Araceli foi vista por Almerinda dos Santos Pereira, esta era cozinheira chefe do Bar Franciscano, bar este que pertencia a família Michelini (...). Programa Globo Repórter 1977 narração de Sérgio Chapelin.

Almerinda ainda fornece detalhes importantes e incriminam os dois acusados, afirmando não somente tê-la visto encostada no Bar, mas também sugerindo que ela estivera presa no interior daquele estabelecimento:

A menina, segundo Almerinda, estava encostada na parede do bar, de uniforme comendo pipoca, nos dois dias seguintes foram levados pratos e comida para o sótão ou terraço do bar onde teria ficado Araceli. Programa Globo Repórter 1977 narração de Sergio Chapelin.

Dona Almerinda dos Santos Pereira, cozinheira do Bar que pertencia a família de Dante Michelini, afirmou que vira dona Lola Cabrera (mãe de Araceli) e a menina Araceli nesse mesmo bar algumas vezes. Porém, em entrevista ao programa Globo Repórter, Dante Michelini (Dantinho) desmentiu a cozinheira, afirmando que não conhecia nem dona Lola e nem a menina, que ambas nunca estiveram no bar. Algum tempo depois, Dona Almerinda revelou que fora ameaçada por Dantinho, segundo ele a polícia mataria ela ou qualquer um que comentasse a respeito daqueles fatos.

Apesar da negativa dos acusados, a história se fortalece com a fala do promotor do caso, Wolmar Bermudes que, entrevista ao Globo Repórter de 1977, afirma ser comprovado que a menina foi mantida em cárcere privado no sótão do Bar Franciscano até o domingo, ou seja, dois dias depois do seu desaparecimento. Nesse tempo, a criança foi mantida sob efeito de entorpecente e submetida a violências sexuais e intoxicação por barbitúricos. Araceli, de oito anos, foi morta e desfigurada com ácido corrosivo. O corpo fora encontrado seis dias após seu desaparecimento nos fundos do hospital infantil de Vitória (Hospital Jesus Menino), pelo adolescente Ronaldo Monjardim de quinze anos.

Os suspeitos Paulo Constanteen Helal e Dante de Barros Michelini (Dantinho) eram filhos de famílias influentes. Dantinho filho do latifundiário Dante de Barros Michelini, enquanto Paulo era filho de Constanteen Helal de família igualmente poderosa. O pai de Dantinho gozava de grande influência junto ao próprio governo militar. A denúncia da época mostrava que não somente tinha consciência do ocorrido, mas também de tudo fez para dificultar, desviar e prejudicar as investigações policiais, valendo-se de suas ligações com algumas pessoas da cúpula da polícia, como o capitão Manuel Araújo.

Assim como a reportagem do Globo Repórter, o jornal *Brasil de Fato*⁶, a matéria escrita por Cecília Luedeman, “Pelo fim do abuso sexual infantil: 45 anos de impunidade do caso Araceli ”, publicada em maio de 2018, afirma que “Araceli foi estuprada e assassinada a dentadas pelos filhos da elite de Vitória (ES) ”. Apesar das evidências, Dantinho e Paulo Helal foram absolvidos, protegidos pela polícia, Justiça, militares e governantes durante a ditadura.

A violência e a impunidade que envolve a história de Araceli Sánchez Crespo inspirou reportagens e livros⁷. Ela também se tornou símbolo do Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. No dia 17 de maio de 2000 foi sancionada a lei federal 9.970.00⁸, o dia do assassinato de Araceli se transformou em símbolo do combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, mas os assassinos continuam impunes.

Na matéria da revista *Aventuras na História*, intitulada “46 anos de mistério e queima de arquivo: o caso da menina Araceli, morta em plena Ditadura Militar”, que veicula recortes de jornais de época, imagens da garota sorridente e também de seu corpo putrefato, Alice Dyvaski (2019) afirma que “o crime é a mais alta e cruel prova de como a ditadura militar brasileira impactou pessoas inocentes. O regime ditatorial contribuiu para queimar os arquivos de um crime, que aniquilou a vida de uma garotinha, brutalmente assassinada”⁹

Podemos perceber como o poder da elite capixaba, por parte das famílias de grande influência política Helal e Michelini, que detinham o poder econômico em Vitória, usaram de seu poder e prestígios junto aos militares para prejudicar nas investigações do caso, e para ameaçar qualquer pessoa que buscasse solucionar o caso. Usaram de seus privilégios para

⁶ Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2018/05/18/pelo-fim-do-abuso-sexual-infantil-45-anos-de-impunidade-do-caso-araceli/> escrito pela jornalista Cecília Luedeman. Acesso em: 25/05/2021.

⁷ Ver o livro de LOUZEIRO, J. Aracelli, meu amor. São Paulo: Prumo, 2012.

⁸ Fonte: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-9970-17-maio-2000-377148-publicacaooriginal-1-pl.html> lei sancionada no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Acesso em: 25/05/2021.

⁹ Fonte: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/46-anos-de-misterio-e-queima-de-arquivo-o-caso-da-menina-araceli-morta-em-plena-ditadura-militar.phtml> > Acesso em: 16/05/2021.

silenciar os fatos, no momento em que o Brasil era dominado pela corrupção, no qual o demasiado poder do regime antidemocrático ampliava a falta de direitos humanos, assim como o poder de intimidação e os jogos de influências no meio policial tão comum em um estado totalitário.

Todorov (2000), quando aborda os regimes totalitários da primeira metade do século XX, acentua essa questão sobre as memórias. Segundo ele, além das memórias silenciadas em função do poder podem também existir memórias apagadas, em que as lembranças serão destruídas completamente e em seu lugar surgem as mentiras e invenções que buscam substituir a realidade dos acontecimentos. Nestes sistemas autoritários silenciar os opositores é uma estratégia usada para facilitar o controle social e manutenção da ordem, mas também para manter o esquecimento. Assim, para que uma memória seja preservada, é preciso de uma história que se lembre. Esta história não trará de volta a memória verdadeira, que, segundo Nora (1981, p.51).

Abriga-se nos gestos, no hábito e nos saberes, mas uma memória transformada por sua passagem na história, uma vez que se remete ao passado para que não se perca. Daí a importância do arquivo que marca o contemporâneo e que afeta ao mesmo tempo, a preservação integral de todo o presente e a preservação integral de todo o passado.

Não podemos resgatar a memória em sua totalidade, mas que essa memória não se perca no esquecimento, que seja memorada, lembrada, o ato de memorizar um acontecimento ou fato ocorrido, ajuda na preservação do nosso tempo seja ele atual ou já findo. Pois, ainda de acordo com Nora, a preservação integral da memória no tempo é importante para a nossa vida contemporânea, já que as memórias nos educam, nos fazem criar discursos acerca do mundo em que vivemos.

Era a segunda vez naquele ano em que um crime desse mesmo caráter acontecia, e que mantinha pontos em comum, como na suposta conexão com nomes influentes no governo militar. No programa Linha Direta Justiça¹⁰, da emissora de tv Rede Globo, apresentado por Domingos Meirelles em 2007, também a história da pequena Ana Lídia Rossi Braga faz reaparecer os fantasmas do passado da Ditadura Militar, desnudando mais uma vez aquele contexto de impunidade.

No dia 11 de setembro de 1973, Ana Lídia, filha de Álvaro Braga e Eloyza Rossi Braga, ambos eram funcionários públicos do Departamento de Serviço Pessoal (DASP), foi

¹⁰ Fonte: Programa exibido no dia 22 de novembro de 2007, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=OHQ1nGR9uUk&ab_channel=ArquivoLinhaDireta acesso em: 17/05/2021.

deixada pelos pais no Colégio Madre Carmen Salles, por volta das 13h e 50 minutos, para a aula de reforço. Acredita-se que logo após ser deixada na escola, o irmão de Ana Lúcia, Álvaro Henrique foi buscá-la, na companhia de sua namorada Gilda Ely Varella Albuquerque.

A menina seguiu com os dois, entraram em um táxi e seguiram na direção da Universidade de Brasília (UnB).

De acordo com o artigo “ O 11 de setembro de Brasília” publicado no dia 10 de setembro de 2018, pelo escritor e colunista Gustavo Pacheco da revista *Época*,¹¹ as investigações apontaram que Ana Lúcia fora levada ao sítio do então vice-líder da ARENA no senado, Eurico Resende, em Sobradinho. Lá Álvaro Henrique teria deixado a irmã mais nova com os seus algozes. Mas por que ele teria entregue sua irmã? Álvaro vendera a irmã por conta de uma dívida de drogas á Raimundo Duque de Lacerda chefe do tráfico em Brasília. Ana Lúcia tinha sete anos de idade quando foi sequestrada, torturada, morta por asfixia e estuprada já sem vida.

No dia seguinte seu corpo foi encontrado enterrado, nua, nas proximidades do centro olímpico da universidade de Brasília (UnB).

As investigações do caso foram rapidamente abafadas quando começaram a vir à tona suspeitas de que o filho do ministro da justiça Alfredo Buzaid estaria envolvido no crime. Além do filho do Ministro da Justiça, (Buzaidinho), outro suspeito do crime era Eduardo Eurico Rezende (Rezendingo) filho do senador Eduardo Rezende. O corpo da menina foi sepultado no dia 13 de setembro.

A matéria intitulada “Crimes hediondos cometidos contra crianças durante a Ditadura Militar”, escrita pelo jornalista Maurício Brum no site *A Gazeta do Povo*, em 2017¹², nos mostra que a presença de nomes influentes dentro do governo militar foi desconversada pelo regime militar, alegando que tudo não passava de uma boataria promovida pelos “subversivos”. Em 1974, a ditadura emitira uma ordem expressa a imprensa proibindo novos comentários sobre o crime. O processo relacionado ao caso Ana Lúcia acabou sendo arquivado sem que se avançasse nas investigações.

Quando passei a ter contato com esses dois casos, não pude deixar de me afetar pelas histórias de violências e injustiças ao qual essas meninas foram submetidas, das dores, medo, angústias e desespero que ambas sofreram, e que não conseguiram sobreviver, mas que suas curtas vidas deixaram um legado, da barbaridade e impunidade deixados pelo regime

¹¹Fonte:<https://epoca.globo.com/gustavo-pacheco/o-11-de-setembro-de-brasilia-23054379> escritos por Gustavo Pacheco colunista da revista *Época*. Acesso em:18/05/2021.

¹²Fonte:<https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/6-crimes-hediondos-cometidos-contra-criancas-durante-a-ditadura-militar-50sx6odlxx04sngz56ridwdmm/> acesso em:18/05/2021.

repressor que o nosso país viveu naquele período de opressão. Como podemos entender tamanha violência cometida contra os corpos dessas crianças? Talvez não possamos entender, mas não podemos deixar que essas memórias sejam apagadas pelo tempo e pelos grupos dominantes, que há muito tempo buscaram anular histórias como as de Araceli e Ana Lúcia, histórias que foram abafadas e engolidas pela ditadura na época. Desde o processo de redemocratização no Brasil, a partir de 1985, histórias como estas são resgatadas para lembrar que, a Ditadura acobertou estupros e mortes de crianças.

3.1 Narrativas da imprensa: o impacto dos casos das crianças, censura e impunidade

Os casos tiveram muita repercussão na época. No artigo “caso Araceli, jornalismo e literatura na década de 1970: dois livros sobre um crime”¹³ publicado pelo jornalista Felipe Quintino Monteiro Lima em maio de 2014, que atuou como repórter no jornal *A Gazeta ES*, afirma que o crime deflagrado em plena ditadura militar e em meio a censura à imprensa, levou jornalistas da chamada grande imprensa à Vitória, para acompanhar o desenrolar da investigação. Além da cobertura feita pelos veículos do Espírito Santo, como os jornais *A Gazeta*, *A Tribuna* e *O Diário*, as publicações nacionais e emissoras de televisão também deram grande espaço ao crime ocorrido na capital capixaba. Chegou a ser tema do programa *Globo Repórter*, da Rede Globo, em 1977, de reportagens veiculadas no *Jornal Nacional* em 1977 e 1980.

De acordo com PINSKY (2005), A produção de uma memória social, sempre vinculada à lógica de espetáculo que rege a linguagem da TV, está ligada a uma operação articulada no gênero telejornal (mas não só) que, a nosso ver, envolve três momentos: o registro do dado; a caracterização do fato; e a narrativa do evento. Um mesmo acontecimento histórico, dependendo do seu impacto social ou do seu interesse para a mídia, passa pelas três operações. Na primeira delas (o registro do dado), o acontecimento é registrado e repassado ao público em suas informações básicas (o que, quando, onde). Na segunda operação (a caracterização do fato), esse conjunto de informações brutas é inserido numa rede de causalidade e efeitos imediatos. Na terceira fase (a narrativa do evento), quase sempre reservada a acontecimentos de grande impacto social ou de importância estratégica para os interesses da mídia, os elos causais ganham a conotação narrativa e valorativa, adensados por um conjunto de implicações sociais de caráter ideológico mais amplo.

¹³ Fonte: <https://www.portalintercom.org.br/anais/sudeste2014/resumos/R43-0765-1.pdf> acesso em: 18/05/2021.

Segundo NAPOLITANO (2017) as relações entre a chamada “grande imprensa” (jornais e revistas) de tradição liberal de corporações empresariais e de grande circulação na sociedade e os processos históricos ligados ao golpe de 1964 e ao regime militar que se instalou a partir de então, são bastante conhecidos. É nítido o papel de jornais tradicionais brasileiros na conspiração e participação, assim como no protagonismo nas articulações políticas que destituiu o presidente João Goulart. Os grandes veículos de comunicação sempre se colocaram em oposição a Jango, de maneira sistemática.

É importante perceber que, no contexto da Ditadura, a investigação de casos como estes eram tratados com muita arbitrariedade. Mesmo com muitas investigações por parte dos policiais e testemunhas contra os acusados, o assassinato de Araceli não foi solucionado, nem os culpados foram punidos, o próprio Homero Dias havia confidenciado a familiares que havia pessoas da alta sociedade envolvidas no caso, e que já possuía material suficiente para que fossem chamadas a depor. Fica claro que a morte de Dias foi uma queima de arquivo e uma forma de censura para que o caso não fosse a diante, fazendo com que os devidos culpados ficassem protegidos, após a morte de Dias, o jovem delegado Sebastião Ildefonso Primo precisou retomar os trabalhos praticamente do zero, já que nunca recebeu o dossiê que o sargento Homero Dias teria montado.

As fotos tiradas pela perícia quando da localização do corpo de Araceli também haviam desaparecido do laboratório da Polícia Civil. Além do sumiço dos documentos, Primo precisou lidar com o que foram consideradas tentativas de desviá-lo do curso que suas investigações iam tomando. Assim com as investigações que iam sendo desviadas e silenciadas por parte dos superiores da polícia local e das famílias Helal e Michelini.

O livro reportagem *Aracelli, meu amor*, de 1976, de autoria do escritor e jornalista da Última Hora José Louzeiro, também foi censurado e proibido de ser publicado no dia de seu lançamento a pedido dos advogados dos acusados, Hallewell (2005). De acordo com o relato de José Louzeiro, o caso produziu quatorze mortes, desde possíveis testemunhas, até interessados em desvendar o crime. Ele próprio enquanto investigava o crime em Vitória para produzir seu livro, teria sido alvo de uma tentativa de “queima de arquivo”. Segundo Louzeiro um funcionário do hotel onde o escritor estava hospedado, pertencente à família Helal, teria o alertado de estar correndo risco de morte. A partir de então, o escritor passou a preencher ficha em um hotel e se hospedar em outro. O relato acima de José Louzeiro encontra se na dissertação de mestrado, de Aline Ferreira Durães (2012).¹⁴

¹⁴ Durães, Aline Ferreira. Diálogos entre literatura e jornalismo: o romance-reportagem “Aracelli, Meu Amor” de José Louzeiro e “Crônica de uma Morte Anunciada” de Gabriel García Márquez. 2012. 103 f. Dissertação

Segundo GASPARI (2002), com a Ditadura Militar que se instalava no país, surge um tempo em que os direitos civis, especialmente os dos jornalistas, são cerceados. Um período marcado pelas perseguições, pela linha-dura militar, pela falta de diálogo, pelas imposições; mas também pela resistência ao endurecimento do regime. A verdade que é que histórias como essas não poderiam ser divulgadas nem aceitas por aqueles que mantinham o poder social, poder este que ia de encontro aos interesses dos poderosos. Se aceita, seria responsável por mudanças importantes no contexto social. Invertendo a ordem. Quem seria punido não seriam apenas os pobres, mas também os ricos. Na verdade, iram para prisão os verdadeiros culpados, independentemente de sua classe social.

Em um momento da história do Brasil em que o Regime Militar controlava o que lhes diziam respeito, o advogado criminalista e doutorando em direito penal Diego Bayer em seu artigo “ julgamentos históricos”, afirma que houve também uma grande passividade por parte dos próprios familiares da menina. O caso acabou não tendo uma grande cobertura por parte da imprensa, nem um grande impacto nacional naquele momento em que o crime aconteceu (1973), momento este em que o Brasil vivia o período de maior repressão e censura aos meios de comunicação como os jornais e televisão, ambos eram impedidos de divulgar os fatos, diante das investigações que apontavam filhos de políticos influentes. De acordo com MARCONI (1980)

As proibições passaram a adotar outra fórmula, onde a autoridade que determinava o veto não assumia a sua ordem. ” Os censores passaram a usar termos, como “Por ordem superior”, “Por determinação superior”, “Fica proibido”. “Se no princípio um agente federal levava os bilhetinhos pessoalmente, depois, um simples telefonema avisando que o assunto estava proibido, era o bastante para manter amordaçada a quase totalidade da imprensa brasileira (MARCONI, 1980, p. 49).

Com a imprensa calada e com os boatos de que pessoas importantes estavam envolvidas, o Departamento de Polícia Federal, órgão encarregado pela censura, enviou um comunicado as redes de televisão e jornais para sufocar a divulgação do assunto, pode ser medido por um episódio citado por Jávier Godinho em sua obra “A imprensa Livre”. Em 20 de maio de 1974, jornais, rádios e estações de televisão do país receberam o seguinte comunicado do Departamento de Polícia Federal:

De ordem superior, fica terminantemente proibida a divulgação através dos meios de comunicação social, escrito, falado, televisado, comentários, transcrição, referências e outras matérias sobre o caso Ana Lídia e Rosana. (GODINHO, 2004).

Ainda segundo Diego Bayer, suspeitava-se que em razão do possível envolvimento de filhos de pessoas influentes no crime, não houve avanços e aprofundamentos nas investigações. Nem sequer verificou-se os possíveis compradores dos preservativos (encontrados onde o corpo da menina estava) nas poucas farmácias que existiam em Brasília naquela época, época em que a utilização dos mesmos pouco existia. No local onde o corpo de Ana Lídia Braga foi enterrado, havia marcas de pneus de motos, porém a perícia sequer tirou um molde de gesso para comparar com a moto de Álvaro Henrique, irmão da menina. Com relação ao bilhete encontrado em um supermercado pedindo dinheiro pelo resgate da criança, não foi feito um exame grafotécnico, comparando a escrita à mão com a caligrafia dos suspeitos.

O inquérito passou a correr sob sigilo, a materialidade estava confirmada, os indícios de autoria em relação a Álvaro Henrique Braga e Raimundo Lacerda Duque, eram fortes e em razão disso o Ministério Público ofereceu denúncia contra eles. Os dois acusados tiveram a prisão preventiva decretada, mas acabaram ao final do processo absolvidos, e mesmo com o recurso do Ministério Público toda a demonstração das provas, o tribunal da justiça, manteve a absolvição. Sobre o silenciamento por parte dos militares

Napolitano (2014) adverte que os militares confiavam que o silêncio funcionaria como um primeiro degrau do esquecimento, do apagamento da memória e das divisões que podiam fragmentar a sociedade. Porém, a intensidade com que é imposto o silêncio, origina seu oposto, a necessidade de contar e lembrar para vencer o trauma que instiga o silêncio e o próprio esquecimento. “Aquilo que era esquecimento transforma-se em memória” (p.322).

O fato de uma memória torna se dominante, não quer dizer que seja a única, esta busca silenciar outras memórias, consideradas “não oficiais”, mas essa superioridade não significa o apagamento e esquecimento destas memórias negadas durante muito tempo na sociedade, histórias que foram por muitas vezes silenciadas pelo poder dominante passam a ser contadas e lembradas em oposição aos discursos oficiais dos grupos majoritários como forma de resistência a memória oficial.

No diretório de artigos webartigos.com publicado em 09 de dezembro de 2012 escrito por Poti Chimetta Havrenne ¹⁵ mostra que treze anos depois da execução do crime, o processo foi reaberto, por surgirem novidades sobre o assassinato. A repórter Mônica Teixeira, jornalista da Rede Globo, garantiu ter testemunhas que poderiam provar que um dos autores

¹⁵Fonte: <https://www.webartigos.com/artigos/o-caso-ana-lidia/101217/> acesso em: 19/05/2021.

do crime era o filho do ex-ministro da justiça, Alfredo Buzaid, e, que, apesar da imprensa ter noticiado que ele havia morrido em um acidente de carro dois anos após o crime, em 1975, Mônica garantiu que ele ainda estava vivo em 1985.

Mas uma vez, fatos estranhos aconteceram, algumas das testemunhas simplesmente morreram após serem intimadas a depor e não foi imediatamente permitida a exumação do corpo, sendo o processo novamente fechado por suposta falta de provas. No ano seguinte, em 1986, após um ano do pedido inicial, a exumação do corpo de Alfredo Buzaid Júnior foi autorizada. Porém, por engano ou descuido da polícia, o corpo exumado foi o de Felício Buzaid, avó do acusado, após uma segunda tentativa, um segundo cadáver, supostamente de Alfredo Buzaid Júnior, foi entregue ao IML. Por algum motivo não explicado, os dentes do cadáver estavam removidos, impossibilitando o reconhecimento por arcada dentária (não havia testes de dna à época). Mesmo assim, em julho de 1986, o legista José Antônio Mello declarou que o corpo enterrado era realmente de Alfredo Buzaid jr. Em 11 de setembro de 1993, o crime prescreveu sem apontar nenhum culpado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de vozes antidemocráticas ainda hoje negarem, que o golpe militar de 1964 instalou um regime de exceção, violência e arbitrariedades em nosso país, governos de decretos e atos institucionais autoritários, políticos eleitos democraticamente cassados e eleições controladas, para se manterem no poder, os generais-presidentes calaram os meios de comunicação impondo censura e repressão.

Um dos argumentos para o golpe de 1964 foi a sustentação da família. Só que inúmeras famílias foram absolutamente destruídas pela Ditadura Militar, crianças que tiveram seu núcleo familiar completamente dividido, ficando vulnerável e desprotegido em meio a um estado que não os acolheu, mas que os deixou em situações de negligências e abandono e pais que tiveram que conviver com a ausência e angústia por não saber o paradeiro dos seus filhos e filhas.

Sob fortes ameaças aos movimentos sociais e populares, no campo e na cidade. A utilização da tortura transformou-se em política de estado. Ocorreram diversos desaparecimentos forçados, assim com exílios e incontáveis violações dos direitos humanos. Vivemos no Brasil um momento de fragilidade e frouxidão na nossa democracia, mais do que nunca é de suma importância o resgate das memórias daquele nefasto período da história do país. A memória nos serve de registro de um período atroz que o Brasil sofreu, na qual a impetuosidade continua viva na memória daqueles que perderam alguém de sua família que nunca obtiveram notícias do paradeiro do corpo de familiares.

Entendemos a democracia não como algo pronto e acabado, mas como um contínuo processo em movimento, com altos e baixos, recuos e avanços, com heranças antidemocráticas que continuam conservando na democracia brasileira e conquistas que impedem o retrocesso. Compreender aquele contexto do regime ditatorial é luz para entendermos as imensas violências, injustiças e desigualdades que ainda vigoram em nosso país demonstrando que não podemos considerar os micros fascismos como superados.

Que essas histórias sejam divulgadas ao máximo, e não mais apagadas nem silenciadas pelo estado brasileiro, mostrar as atrocidades cometidas durante a ditadura, conhecer esse passado sombrio e combater para que o Brasil nunca mais sofra com um regime autocrático, principalmente agora em que vivemos um momento político muito difícil e delicado, cheio de negacionismo com setores da sociedade que saem as ruas pedindo intervenção militar, precisamos da voz as histórias de quem foi penalizado pela ditadura.

REFERÊNCIAS:

AZEVEDO, Solange A Ditadura não acabou disponível em: <https://bit.ly/2SE42TU> acesso em: 29 de maio de 2021.

DURÃES, A.F Diálogos **entre literatura e jornalismo**: o romance-reportagem “Aracelli, Meu Amor” de José Louzeiro e “Crônica de uma Morte Anunciada” de Gabriel García Márquez. 2012.103 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade - PPGLI) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012.

DYVASKI, Alice. 46 anos de mistério e queima de arquivo: O caso da menina Araceli, morta em plena Ditadura Militar 31/03/2020. Disponível em: <https://bityli.com/5Y88j> acesso em: 24 de maio de 2021.

ELOYSA, Branca. (Org.) **I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais**. Depoimentos e debates. Petrópolis: Vozes, 1987.

FEITOSA, André Fonseca. O documentário enquanto fonte histórica. 22 á 26 de julho de 2013. Disponível em: <https://bityli.com/D4xwv> acesso em: 29 de maio 2021.

FERREIRA, Afonso. Caso Ana Lúcia: crime que chocou Brasília completa 46 anos cercado de mistérios. Disponível em: <https://bityli.com/AdPYp> acesso em: 24 de maio de 2021.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. O acervo da DOPS e as memórias da Resistência da Ditadura na Paraíba. In: **TOSI, Giuseppe** (et.al) (Orgs). Justiça de transição: direito a justiça, a memória e a verdade. Joao Pessoa, Editora da UFPB, 2014.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: companhia das letras, 2002.

GODINHO, Javier. **A imprensa amordaçada**: contribuição à história da censura no Brasil, 1964-1984. Contato comunicação, 2004.

HAVRENNE, Poti Chimetta. O caso Ana Lúcia. 09/12/2012. Disponível em: <https://bit.ly/34teVKM> acesso em: 24 de maio de 2021.

Jornal Nacional (1977). Disponível em: <https://youtu.be/rBVzfu6wrZA> acesso em: 30/05/2021.

Jornal Nacional (1980). Disponível em: <https://youtu.be/TjvFMIJn-AI> acesso em: 30/05/2021.

LIMA, Átila Sousa. A impunidade do caso Araceli. Para não esquecermos de nossas crianças. Disponível em: <https://bit.ly/3p4BG18> acesso em: 24 de maio de 2021.

LOPES, Douglas Reche. Direito, jornalismo e literatura: uma análise do romance Aracelli, meu amor, de José Louzeiro. Disponível em: <https://bit.ly/2R9iUt0> acesso em: 24 de maio de 2021.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Global, 1980.

MERLINO, Tatiana. Filhos da Ditadura 16/07/2015 disponível em: <https://bityli.com/mtCVB> acesso em: 24 de maio de 2021.

NAPOLITANO, Marcos. **A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985)**. *Estudo Ibero-americanos*, 43(2),346366. <https://bit.ly/3i4kveM>

NAPOLITANO, Marcos. **Recordar é vencer**: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. In: **Antíteses**. Londrina /PR, v.8, n. 15esp., p. 09-44, nov. 2015.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. [1981]. **Revista Projeto História**, do Departamento de História de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: PUC, n. 10, p. 07-28, dez. 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

Programa Globo Repórter (1977). Disponível em: <https://youtu.be/W7rJOGRF56Q> acesso em: 30/05/2021.

Programa Linha Direta Justiça (2007). Disponível em: <https://youtu.be/OHQ1nGR9uUk> acesso em: 30/05/2021.

SÃO PAULO. **Assembleia Legislativa**. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva" Infância Roubada, Crianças atingidas pela Ditadura Militar no Brasil. / Assembleia Legislativa, Comissão da Verdade do Estado de São. – São Paulo: ALESP, 2014.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Traducción de Miguel Salazar. Buenos Aires: Paidós, 2000.